

Título da comunicação: Arquivo Diplomático: para além da Administração Pública.

Resumo:

Porquê falar de um arquivo diplomático? Não será ele apenas o resultado da atividade de um ministério?

Para além da gestão administrativa comum a outros organismos, o arquivo do ministério dos Negócios Estrangeiros tem características próprias que o distinguem de todos os outros.

Com uma dimensão de cerca de 30km, no universo em que Portugal tem representação diplomática, dos quais cerca de 20km em Lisboa, o arquivo está intimamente ligado à história mundial, e contém em si parte da história de cada um dos países e organizações com os quais Portugal mantém relações, ou nos quais participa como membro efetivo. Tal é o caso da União Europeia ou da CPLP.

E é também o garante da nossa soberania e da forma como ao longo do tempo o país se afirmou no Mundo, e ainda das obrigações contraídas por força dos acordos firmados. Desta documentação o arquivo diplomático é o depositário legal.

Por força do contexto de atribuições do ministério o arquivo é uma fonte privilegiada para o estudo e conhecimento das questões de defesa e segurança nacionais.

Mas não se esgota na História, na Diplomacia ou nas Relações Internacionais. No arquivo do MNE encontra-se a história da comunidade portuguesa espalhada pelos cinco continentes. É aqui que lemos parte da memória da emigração portuguesa nos últimos dois séculos.

Importa ainda referir a extraordinária importância de que se reveste o arquivo diplomático para a história do Holocausto. Se Portugal não participou na II Guerra Mundial de forma ativa, desempenhou um papel importante no salvamento das vítimas da perseguição nazi. A ação dos diplomatas portugueses, da qual se destaca evidentemente Aristides de Sousa Mendes, reuniu no arquivo uma importante

documentação que retrata a história trágica de muitas famílias, que se encontra digitalizada e disponível também no Museu Memorial do Holocausto (Washington).

A particularidade do arquivo está diretamente relacionada com a importância e salvaguarda das relações internacionais bilaterais, para além das questões de defesa e segurança, e ainda com o facto de dispor de documentação de outras organizações.

Como resultado muita da documentação é classificada, sendo mesmo protegida pelo segredo de Estado, o que causa alguns constrangimentos à sua disponibilização ao público. Estas são questões que se colocam à maioria dos arquivos diplomáticos de outros países e têm sido objeto de discussão para se encontrar um caminho comum, salvaguardando o interesse nacional.

Nota biográfica:

Margarida Lages. Desde Março 2012 – Chefe de Divisão de Arquivo e Biblioteca, Instituto Diplomático (SG/MNE);

Outubro 2009 – Março 2012 – Responsável pelo arquivo do IPAD;

Outubro de 2008-2009 – Adjunta da Vereadora da CML, Manuela Júdice;

2003 a 2008 - Chefe de Divisão do Centro de Documentação e Informação do IPAD;

2000 a 2003 – Chefe de Divisão da Divisão de Difusão do Livro e Promoção da Leitura no IPLB / MC;

1998 a 1999 – Assessora da Comissão Instaladora do Centro Cultural de Macau;

1995 a 1997 – Diretora de Serviços de Planeamento e Coordenação no Instituto Camões;

1993 a 1994 – Assessora para a área do Teatro, na Sociedade Lisboa 94 (Lisboa Capital Europeia da Cultura);

1992 a 1995 – Adjunta do Comissário-Geral da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses;

1989 a 1992 – Adjunta para a área de literatura e teatro do Commissariado para a Europália 91 – Portugal;

1987 a 1989 – Técnica Superior do Instituto Português do Livro e da Leitura;

1985 a 1987 – Adjunta da Secretária de Estado da Cultura.